



Índice

- 01 URGENTE: "Viemos do Paraguai": Índio Guarani denuncia esquema da Funai para criar Terra Indígena em Santa Catarina
- 02 Prefeitura tenta negociação, mas indígenas prometem resistência
- 03 Fórum define prioridades para regularização da educação indígena em Santarém
- 04 MPF vai ao STJ para manter indígenas Tenharin detidos em Porto Velho
- 05 I Seminário Sobre Educação Escolar Indígena no Rio Grande do Norte, em Canguaretama/RN, de 21 a 23 de julho
- 06 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU não podem ignorar os povos indígenas
- 07 Justiça nega ações que desassistiam trabalhadores indígenas
- 08 Beneficiários do Bolsa Família participam de reunião na Reserva Indígena
- 09 Indígenas mantêm bloqueio de estrada onde mulher foi atropelada em MS
- 10 Incêndios criminosos voltam a ocorrer na Terra Indígena mais devastada da Amazônia Legal
- 11 Bombeiros Militares da 40ª Operação Férias em Aruanã atendem criança indígena ferida
- 12 Indígenas das margens do São Francisco discutem propostas relacionadas ao rio



- 13** [Indígenas obtém direito à extração de matéria-prima em terreno da UFRGS](#)
- 14** [Profissionais da educação básica podem se inscrever em curso de Cultura e História dos Povos Indígenas](#)
- 15** [Colonização acelera fim da agricultura indígena na Amazônia](#)
- 16** [Município de Mato Castelhana não é obrigado a aplicar recursos destinados à saúde indígena](#)
- 17** ['Festa do Berarubu' relembra tradição da culinária indígena no Tocantins](#)
- 18** [IPHAN prorroga inscrições para projetos de comunidades de terreiro](#)
- 19** [CAR realiza curso para inclusão digital de comunidades quilombolas](#)
- 20** [Ainda sem acordo, indígenas vão seguir com bloqueio de rodovia](#)
- 21** [Terra Quilombola do Bacabal \(PA\) é reconhecida pelo Incra](#)
- 22** [Hortifruti orgânico de quilombolas chega à banca na UFGD](#)
- 23** [Urgente: Nova onda de violência contra o Quilombo do Guaí, Maragojipe, Bahia](#)
- 24** [Ceará 'contribui' para o mapa de assassinatos de índios no Brasil](#)
- 25** [Povos indígenas em foco](#)
- 26** [Licenciatura intercultural indígena na Federal do Amapá](#)
- 27** [Indígenas de Brasilândia adquirem máquinas no Projeto Pintando e Aprendendo Ofaié \(Por Carlito Dutra\)](#)
- 28** [Especialistas: metas de desenvolvimento não podem ser revés para indígenas](#)
- 29** [Comunidades indígenas denunciam desalojamento forçado e violência policial](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

30 [Ataques violentos teriam obrigado índios isolados a buscarem contato](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

URGENTE: "Viemos do Paraguai": Índio Guarani denuncia esquema da Funai para criar Terra Indígena em Santa Catarina
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 21.07.2014

Milton Moreira é índio guarani, filho de paraguaio e um dos primeiros a se instalar na região que fica às margens da BR-101. Aos 57 anos, afastado da aldeia e sobrevivendo de doações, Moreira afirma: "A Funai trouxe esses índios por causa da BR 101. Ela pagou um ônibus para esse índios, botaram dentro do ônibus e jogaram no Morro dos Cavalos". "Usaram esse processo demarcatório através da antropologia dizendo que essa é uma terra tradicional", diz Milton Moreira.

Assista ao vídeo denúncia , clique aqui

(<http://videos.clicrbs.com.br/sc/diariocatarinense/video/diario-catarinense/2014/07/primeiro-indio-morro-dos-cavalos-denuncia-esquema-manipulacao/86357>)



Prefeitura tenta negociação, mas indígenas prometem resistência

SÍTIO REGIÃO NEWS, 21.07.2014

O secretário municipal de governo, José Jorge Filho, esteve pela manhã na rodovia em nome do prefeito Murilo Zauith (PSB), para negociar a liberação da via.

A mobilização de indígenas que desde o início da noite de ontem bloqueia a Perimetral Norte, no trecho entre a avenida Guaicurus e a rodovia MS-156, continua mesmo após tentativa de negociação por parte da prefeitura de Dourados. De acordo com lideranças das aldeias Jaguapiru e Bororó, o grupo só se retira do local quando tiver a certeza de que a via ficará mais segura para a passagem de pedestres. Homens da Força Nacional estão no local orientando motoristas.

“Estamos otimistas com o nosso movimento, mas a realidade é que só vamos nos retirar depois que começarem de fato a colocar a sinalização aqui. Quando virmos a instalação de quebra molas, aí sim liberaremos a passagem. Não dá mais para continuar do jeito que está, já tivemos cinco mortes de indígenas nos últimos meses”, disse o capitão da Aldeia Jaguapiru, Laucídio Ribeiro Flores.

O secretário municipal de governo, José Jorge Filho, esteve pela manhã na rodovia em nome do prefeito Murilo Zauith (PSB), para negociar a liberação da via.

Conforme com lideranças, ficou estabelecido um acordo para que uma comissão de 14 representantes das aldeias Bororó e Jaguapiru se reúna com o governador André Puccinelli, já que a gestão na Perimetral é estadual.

“Vamos dar encaminhamento a este encontro para que se resolva a demanda da comunidade. Por enquanto, vamos promover a instalação de cones de sinalização e placas para ajudar, mas quem tem de resolver a questão é realmente o governo do Estado”, explicou o secretário, acrescentando que há otimismo para liberação da via. “Acredito que com eles se sentindo seguros, as coisas vão caminhar para um acordo”.

Rodovia MS-156 também pode ser bloqueada

Além do bloqueio na Perimetral Norte, a comunidade indígena se mobiliza também para bloquear ainda hoje ou a partir de amanhã a rodovia MS-156, que liga Dourados a Itaporã. No local, o manifesto é em apoio à greve dos professores da rede municipal de ensino, segundo informado ao Dourados News por lideranças.

“Na reserva temos falta de salas de aula, o que deixa muitos alunos fora da escola e é ruim. Essa mobilização na MS-156 é em favor de mudanças na educação e em apoio aos educadores”, disse o capitão Flores. A mobilização dos trabalhadores da educação está em andamento, e foi iniciada oficialmente no dia 15 de julho.



Fórum define prioridades para regularização da educação indígena em Santarém
SÍTIO PR/PA, 21.07.2014

Pauta de trabalho destaca providências para garantir qualidade da educação indígena no município

A necessidade de definir claramente as responsabilidades relativas à qualidade da educação indígena, com a valorização da cultura dos índios por meio da garantia da promoção de material didático específico, formação continuada de professores indígenas, estruturação de núcleos de educação indígena em secretarias de Educação e maior participação das comunidades nos conselhos de educação foram alguns dos temas definidos como prioritários pelo Fórum Permanente para Discussão da Educação Indígena em Santarém, que teve sua primeira reunião na semana passada.

O fórum foi criado pelo Ministério Público Federal (MPF) para promover debates periódicos entre o poder público e lideranças indígenas sobre as condições do serviço de educação escolar indígena oferecido em Santarém, possibilitando maior participação indígena nas decisões e a construção conjunta de alternativas. Conforme decidido pelos representantes indígenas na primeira reunião, o fórum também servirá como processo de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas acerca da estruturação e organização das escolas indígenas em Santarém.

A reunião inaugural do fórum, realizada no dia 15, teve a participação de lideranças indígenas, representantes da prefeitura e da secretaria de Educação de Santarém, da Secretaria de Estado de Educação do Pará, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No total, o fórum estabeleceu 14 itens como de discussão prioritária (veja abaixo a relação). Os resultados dos debates sobre essas questões serão a base de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) a ser proposto pelo MPF às instituições responsáveis.

Além da construção da pauta de trabalho, na reunião as instituições participantes compartilharam informações sobre o andamento de demandas indígenas. O procurador da República Luís de Camões Lima Boaventura informou que a prefeitura de Santarém acatou recomendação do MPF para incluir três escolas no censo escolar deste ano. A inclusão deve ser feita até 15 de agosto.

Para a próxima reunião do fórum devem ser novamente convidados representantes da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A Secadi e o FNDE foram convidados para a reunião da semana passada, mas não enviaram representantes.

Como algumas das lideranças indígenas presentes na reunião eram de aldeias localizadas em Belterra e Aveiro, municípios vizinhos a Santarém, para a próxima reunião do fórum devem ser

CONT.



convidados representantes das prefeituras desses municípios.

Os indígenas de Belterra denunciaram que professores da educação indígena e não indígena estão há três meses sem receber seus salários, além da falta de merenda escolar e que duas escolas, das três existentes no município, não possuem professor falante da língua materna indígena.

O fórum volta a reunir-se em 29 de setembro, na sede da OAB em Santarém.

Pauta de discussão estabelecida pelo Fórum Permanente para Discussão da Educação Indígena em Santarém:

Normatização acerca da repartição das responsabilidades e cooperação de esforços entre os entes

Pactuação dos territórios etnoeducacionais

Realização do projeto político-pedagógico por escola, com apoio dos entes

Garantia das disciplinas de notório saber e língua materna nas grades curriculares

Formação continuada de magistério indígena e contratação temporária dos formandos

Confecção e manutenção do material didático específico

Merenda escolar regionalizada e fomento à aquisição da produção própria da comunidade

Construção de escolas (nível fundamental e médio) nas aldeias onde não há e onde esteja distante da escola da mesma etnia, além da melhoria e manutenção da infraestrutura das escolas já existentes, com a participação/responsabilização do FNDE nessas ações

Expansão da oferta (nível fundamental e médio)

Transporte escolar seguro e acesso

Estruturação eficaz de núcleos de educação indígena nas respectivas secretarias municipais e estaduais

Representatividade indígena nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação

Acesso aos programas e recursos financeiros de origem federal

Indicação do papel do controle pela Funai, MPF, OAB, Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e Universidade do Estado do Pará (Uepa)

Ministério Público Federal no Pará

Assessoria de Comunicação

(91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708

ascom@prpa.mpf.gov.br

<http://www.prpa.mpf.mp.br/>

http://twitter.com/MPF_PA



MPF vai ao STJ para manter indígenas Tenharin detidos em Porto Velho

SÍTIO JORNAL RONDÔNIA VIP, 21.07.2014

MPF e DPU argumentam que a eventual transferência dos indígenas para penitenciária em Manaus (AM) impediria o contato com seus familiares e traria danos para a instrução processual

O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) impetraram Habeas Corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para manter em Porto Velho os indígenas da etnia Tenharin. No momento, eles estão detidos na penitenciária Pandinha, mas, após a revogação da liminar anteriormente concedida pelo desembargador Valter de Oliveira, relator do Habeas Corpus, volta a ser possível a transferência para Manaus (AM).

Anteriormente, o MPF pediu à Justiça de Rondônia que fosse revogada a ordem de transferência expedida pelo juiz da Vara de Execuções Penais. O pedido foi feito por meio de um Habeas Corpus para mantê-los detidos em Porto Velho, local mais próximo à terra indígena e de mais fácil acesso aos familiares dos cinco indígenas.

Após a impetração, uma liminar concedeu o direito provisório de permanência, mas no dia 17 de julho, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Rondônia, por maioria, considerou que não seria da competência do TJ rondoniense o julgamento da questão, mas sim da Justiça do Amazonas. Com isso, a liminar que permitia a manutenção dos indígenas em Rondônia foi revogada, abrindo-se a possibilidade de transferência.

Agora, com a impetração do novo Habeas Corpus, caberá ao STJ decidir se os indígenas podem ou não ficar detidos em Rondônia. Por se tratar de Tribunal Superior, o caso passará a ser acompanhado pela Procuradoria-Geral da República, em Brasília.

Fonte:MPF/RO



I Seminário Sobre Educação Escolar Indígena no Rio Grande do Norte, em Canguaretama/RN, de 21 a 23 de julho
SÍTIO CEDEFES, 21.07.2014

A população indígena do Estado do Rio Grande do Norte vem lutando para ocupar seu espaço na sociedade brasileira e em diversas circunstâncias tem expressado suas preocupações e reivindicações sobre a política de Educação Escolar Indígena (EEI), que até o momento apresenta-se inacessível para os povos indígenas do RN.

Nesse processo de organização realizaram vários eventos que se constituíram em espaços de reafirmação étnica e de discussão sobre as políticas públicas. Compõe esse cenário: a 1ª Assembleia Indígena do RN (dezembro/2009), a 2ª Assembleia Indígena do RN (novembro/2011), a 1ª Assembleia de Mulheres Indígenas do RN (maio/2012), o 1º Encontro de Jovens Indígenas (outubro/2012) e a 3ª Assembleia Indígena do RN (novembro/2013).

Em tais eventos foi debatida, dentre outras questões, a temática da EEI no Rio Grande do Norte. A partir das exposições e debates observaram a inexistência dessa política no Estado e pontuaram os principais problemas que enfrentam com a educação que é proporcionada para a população indígena que frequenta a escola, bem como apresentaram propostas para a solução dos problemas.

O presente Seminário tem o propósito de reunir lideranças indígenas, professores e parceiros da gestão escolar para discussão dos problemas, buscando o conhecimento da política, programas e ações que os instrumentalize no diálogo com os gestores municipais e estadual, estabelecendo relações que garantam o exercício de cidadania, com acesso à uma política de EEI voltada para a realidade das comunidades indígenas do Rio Grande do Norte.

PROGRAMAÇÃO

Dia 21/07/2014 (segunda-feira)

15:00h às 18:30h – Chegada dos participantes indígenas vindos de comunidades do Rio Grande do Norte

19:00h – Jantar

20:00h – Interação entre os participantes

Dia 22/07/2014 (terça-feira)

7:00h – Café

8:00h – Credenciamento

9:00h – Abertura

9h40min – Intervalo/lanche

10:00h – Mesa temática: Gestão Escolar Indígena com base em relato de experiências pelos gestores das escolas indígenas

José Luiz Soares – E M Indígena João Lino da Silva, comunidade Catu dos Eleotérios

Sueli Potiguara – Escola Pedro Poty, aldeia São Francisco/Baía da Traição/PB

12:00h – Almoço

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

14:00h – Mesa temática: Política de Educação Escolar Indígena

Joelma Potiguara – Secretária Municipal de Educação de Baía da Traição/PB

Rosilene Tuxá – Coordenação de Educação Escolar Indígena do Governo da Bahia

Representante da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena do MEC

15h30min – Intervalo/lanche

15h45min – Debate

16h30min – Mesa temática: Formação dos professores indígenas

Jailton Figueiredo – professor Potiguara, aluno do curso de licenciatura específica/PROLIND/UFCG

Profº Flávio Ferreira – Coordenador de extensão/IFRN/Campus de Canguaretama

Prof José Glebson Vieira – Depto. Antropologia/UFRN

17:10h – Debate

19:00h – Jantar

20:00h – Atividade cultural

Dia 23/07/2014 – (quarta-feira)

9:00h – Mesa temática: Controle Social – Participação indígena nos conselhos de acompanhamento da política de educação escolar indígena

Jailton Figueiredo – Professor Potiguara

Tayse Michelle Campos da Silva – representante da APOINME na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI/MEC)

10:00h – Intervalo/lanche

10:15h – Debate

11:00h – Apresentação do resumo das discussões.

11:40h – Encerramento

12:00h – Almoço



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU não podem ignorar os povos indígenas

SÍTIO ECOBRASÍLIA, 21.07.2014

A omissão dos povos indígenas no rascunho dos objetivos pós-2015 das Nações Unidas preocupa um grupo de especialistas, que instou os estados-membros a escutar as reivindicações dessa população e incluí-los no documento final. Esse apelo aconteceu na última sexta-feira (18) durante o encontro do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Nova York, onde se debateu o rascunho dos objetivos que será apresentado à Assembleia Geral da ONU em setembro.

Os especialistas pediram aos estados-membros da ONU, presentes no grupo de trabalho, para escutar as propostas feitas pelos representantes dos povos indígenas dentro desse processo e assegurar que o termo "povos indígenas" seja usado de forma consistente no documento final, após dizer que todas as referências aos 'povos indígenas' foram suprimidas do rascunho do documento "zero" sobre os ODS, que sucederão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

"Usar o termo 'indígena e comunidades locais' diminui os ganhos conseguidos pelas populações indígenas respeito à afirmação da sua identidade como povo distinto, direito conferido nos termos da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas", disse o grupo de especialistas, composto pelo chefe do fórum permanente da ONU sobre assuntos indígenas, Dalee Sambo Dorough, pelo líder dos cinco membros que compõe o mecanismo de peritos sobre os direitos dos povos indígenas, Albert Deterville, e pela relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre este tema, Victoria Lucia Tauli-Corpuz.

Os especialistas ressaltaram que os povos indígenas "podem contribuir significativamente para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável graças aos seus sistemas de conhecimento tradicionais sobre gestão de recursos naturais, que possibilitaram a conservação de alguns dos ecossistemas mundiais até o momento".

"É amplamente reconhecido que os povos indígenas não receberam suficiente atenção no processo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)", disseram os especialistas. "Os novos objetivos de desenvolvimento sustentável apresentam uma oportunidade única para remediar essa falha e a injustiça histórica decorrentes do racismo, discriminação e desigualdades sofridas há muito tempo pelas populações indígenas em todo o mundo".

(ONU Brasil)



Justiça nega ações que desassistiam trabalhadores indígenas

SÍTIO PERFIL NEWS, 21.07.2014

MPF argumentou que eles não deixam de ser indígenas por estarem fora da aldeia original; a comunidade está estimada em 1.500 indígenas

Assessoria

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) acolheu os argumentos do Ministério Público Federal (MPF) e negou recursos da União e da Fundação Nacional do Índio (Funai), em que pretendiam interromper a prestação de serviços de saúde e proteção social a trabalhadores indígenas do distrito Debrasa, em Brasilândia (MS), a 380 km de Campo Grande. O atendimento à comunidade, estimada em até 1500 indígenas, está sendo realizado por força de decisão liminar proferida em ação ajuizada pelo MPF.

A decisão, de 2012, também determinou que a Funai realizasse um estudo para obter maiores informações sobre a comunidade. Atualmente, a Fundação tem encaminhado um servidor para comparecer ao menos três dias por mês à comunidade, para receber as demandas e prestar apoio. A União presta serviço de saúde no local, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que também tem cumprido a determinação.

Contudo, tanto Funai quanto União recorreram da decisão, pois o mesmo pedido já havia sido negado anteriormente pela Justiça de Três Lagoas. O argumento usado pela Funai para deixar de prestar os serviços é que a assistência é dada apenas nas aldeias de origem e que a permanência dos índios no distrito é temporária.

INSPEÇÃO

Os índios trabalham na usina de açúcar e álcool Debrasa, nome que deu origem ao distrito de Brasilândia, a partir da fixação dos trabalhadores na região. Estima-se que estes indígenas, de várias regiões do estado, permanecem no distrito entre abril e dezembro, época da colheita da cana-de-açúcar.

O Ministério do Trabalho realizou inspeção em novembro de 2007 e constatou diversas irregularidades na empresa, que evidenciavam situações de trabalho precárias e degradantes, como falta de condições sanitárias no campo - não havia banheiros químicos -, ausência de assistência médica de urgência e de local de repouso no horário das refeições e falta de proteção contra a chuva. Era frequente até a falta de água potável.

"HAVIA" ATENDIMENTO

CONT.



O argumento usado pela Funai para deixar de prestar os serviços é que a assistência é dada apenas nas aldeias de origem e que a permanência dos índios no distrito é temporária. O estudo determinado pela Justiça colheu informações sobre os indígenas que moram parte do ano na região, tais como número de pessoas; origem; vínculos com as aldeias; período de permanência no distrito; acesso ao registro civil e a benefícios previdenciários e sociais; dificuldades para retorno às aldeias de origem e acesso a alimentação e moradia. Os dados servirão de base para as ações sociais junto à comunidade.

Antes de ser obrigada pela Justiça a oferecer atendimento de saúde aos indígenas, a União ignorava a existência do distrito, argumentando que se tratava de uma "empresa particular sucroalcooleira", que apenas emprega mão de obra indígena para o trabalho na monocultura da cana-de-açúcar. De acordo com o IBGE, Debrasa é um distrito do município de Brasilândia, onde existe a empresa de mesmo nome. Para o governo federal, o atendimento aos indígenas ocorria "possivelmente pela equipe de saúde contratada pela empresa", evidenciando a falta de conhecimento sobre a situação.

Na própria ação acatada pela Justiça, o MPF argumenta que o índio não deixa de ser índio porque está distante da aldeia de origem: "O simples fato do indígena residir fora da aldeia durante parte do ano não faz com que perca sua identidade, devendo ser garantido o acesso aos mesmos serviços destinados aos seus pares. É inconstitucional qualquer distinção entre índios, especialmente quando esta pode trazer prejuízos aos direitos que lhes são conferidos pela Constituição Federal e pela legislação vigente".

SOLUÇÕES ESQUECIDAS

Em fevereiro de 2013, o Ministério Público Federal se reuniu com representante da Sesai, para que fossem apresentadas possíveis soluções definitivas para o caso. O chefe do pólo-base da Sesai em Brasilândia chegou a sugerir a possibilidade da criação de um serviço permanente de acompanhamento da saúde indígena no distrito, pois os médicos que realizam o atendimento se deslocam de Campo Grande todos os meses até o local. Na mesma época, surgiu a possibilidade da reabertura do escritório da Funai em Brasilândia.

Para o MPF, "Não só a população flutuante indígena do distrito Debrasa estaria atendida pelos serviços, mas também a comunidade indígena Ofayé-Xavante", que vive em aldeia próximo do município.

Contudo, após um ano e meio, nenhuma proposta de conciliação para o fim da situação dos indígenas de Debrasa foi apresentada formalmente ao MPF. (Assecm MPF/MS)

Beneficiários do Bolsa Família participam de reunião na Reserva Indígena
SÍTIO CORREIO DO POVO DO PARANÁ, 21.07.2014



O colégio Estadual Indígena Rio das Cobras, sede da Reserva Indígena de Nova Laranjeiras, recebeu, na última quinta-feira (17), os beneficiários do programa Bolsa Família para uma reunião.

A gestora do programa, Miriam Maia Pilonetto, e os diretores da escola Coronel Nestor, Josiane Martins, e do colégio Rio das Cobras, José Paulo, foram os coordenadores da reunião. Além disso, a secretária de Assistência Social, Suzi Bonetti, e a assistente social da área indígena Ilda Cornélio também participaram.

Vários assuntos ligados ao programa foram discutidos, tendo como foco as condicionalidades nas áreas de saúde e educação, enfatizando o controle de frequência nas aulas. "A ligação entre o Bolsa Família e a frequências escolar, é um compromisso que as famílias assumem quando passam a receber o benefício, pois isso, além de um compromisso é um direito das criança de ter acesso a escola", enaltece Miriam.

Uma cartilha explicativa sobre o Bolsa Família também foi entregue, com um resumo dos pontos principais do programa na língua kaingang.



Indígenas mantêm bloqueio de estrada onde mulher foi atropelada em MS

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 21.07.2014

Lideranças indígenas informaram que vão continuar bloqueando a MS-156, até que a sinalização do local seja melhorada e os pedestres tenham maior segurança. O bloqueio é realizado entre a Avenida Guaicurus e a rodovia MS-156, em Dourados. O bloqueio começou no domingo (20), após o atropelamento da indígena Lenilza Nunes, de 46 anos.

De acordo com o site Dourados News, Gaudêncio Benitez, que é uma das lideranças, afirmou que os índios vão continuar bloqueando a Perimetral Norte. Eles esperam uma ligação do secretário de governo para ir a Campo Grande para uma audiência com o governador.

O secretário municipal de governo, José Jorge Filho, esteve pela manhã na rodovia em nome do prefeito Murilo Zauith (PSB), para negociar a liberação da via.

Ainda conforme o Dourados News, Lenilza era moradora da Aldeia Bororo e foi atropelada por um veículo Fiat Uno. Ela foi encaminhada para o Hospital da Vida em estado gravíssimo, mas não resistiu aos ferimentos.



Incêndios criminosos voltam a ocorrer na Terra Indígena mais devastada da Amazônia Legal

SÍTIO OLHAR 21, 21.07.2014

Xavantes fazem uso tradicional do fogo para caça e roça, porém este uso é controlado.

No início de julho de 2014, um grupo de guerreiros Xavante da Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé flagrou dois motoqueiros parados em uma estrada dentro da Terra Indígena, próximo a focos de incêndio. Este não é o único caso de incêndio criminoso dentro da TI Marãiwatsédé feito por não-indígenas. Os indígenas denunciam incêndios criminosos ao longo da BR-158 que corta a Terra Indígena de norte a sul e também na BR-242 que margeia a fronteira norte da Terra Indígena de leste a oeste. Além de áreas de antigas fazendas dentro do território indígena.

As denúncias vão de encontro com os mapas do projeto "De olho no Xingu", monitoramento mensal de focos de queimadas nos municípios da bacia do Xingu feito pelo Instituto Socioambiental (ISA) a partir de dados do INPE. De acordo com o monitoramento, no mês de junho de 2014, os principais focos de queimadas dentro da TI Marãiwatsédé ocorreram justamente próximo às rodovias na porção norte da Terra Indígena.

O povo Xavante faz uso tradicional do fogo para caça e roça, porém este uso é controlado. Nota-se a diferença entre o número de focos de queimada próximo à aldeia xavante (somente um ponto na porção sudoeste da Terra Indígena) com os focos de queimada na porção norte da Terra Indígena. Segundo o boletim, foram cerca de 60 focos de queimadas dentro da TI Marãiwatsédé no mês de junho de 2014.

Outro dado revelado é o aumento expressivo do número de queimadas em junho de 2014 em relação à junho de 2013. Em São Felix do Araguaia, foram registrados 60 focos de incêndios em junho deste ano contra 7 no mesmo mês no ano passado, enquanto em Alto Boa Vista, houve 80 focos, contra 28 no mesmo período em 2013. Os dados são preocupantes pois estamos ainda no início da época de seca na região, que se estende até meados de outubro. O período de proibição de queimadas em Mato Grosso iniciou em 15 de julho e vai até 15 de setembro de 2014.

O grupo de guerreiros Xavante que vivem na Aldeia Marãiwatsédé tem realizado vigilâncias periódicas dentro da TI Marãiwatsédé, de 165.241 hectares, localizada nos municípios de Bom Jesus do Araguaia, Alto Boa Vista e São Felix do Araguaia, no nordeste mato-grossense. A vigilância visa observar vestígios de invasão ou ações ilícitas por não-indígena dentro da Terra Indígena. Isso porque o seu território tradicional permaneceu invadido por décadas e a TI Marãiwatsédé, embora homologada por decreto presidencial em 1998, só teve a desintrusão total de não-indígenas no final de 2012 e início de 2013. Desde então, os indígenas juntamente com as forças de segurança do Estado Nacional tem lutado pela proteção da Terra Indígena e da comunidade Xavante.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

Todo ano, as queimadas criminosas e descontroladas são a maior ameaça ambiental à Terra Indígena Marãiwatsédé. Os incêndios não permitem a regeneração da vegetação, que foi desmatada e degradada pela invasão por fazendas ao longo das últimas décadas. Além disso, as queimadas prejudicam a qualidade e umidade do ar, aumentando a incidência de doenças respiratórias dentro da aldeia.

Na quarta-feira, 16, mais um incêndio foi registrado na Reserva Indígena Areões, dos índios Xavantes, na altura da Fazenda Tropical, no município de Água Boa. O fogo tomou grandes proporções e consumiu grande quantidade da vegetação as margens da rodovia, adentrando a reserva. Todos os anos o fogo consome a maioria da reserva indígena, e muitos culpam a população indígena pelo fogo.

Fonte: Articulação Xingu Araguaia



Bombeiros Militares da 40ª Operação Férias em Aruanã atendem criança indígena ferida

SÍTIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/GO, 21.07.2014

Na tarde desta segunda-feira, 21, uma criança de 7 anos da tribo Karajá sofreu um corte na perna provocado por uma hélice de barco. A criança chegou ao Posto de Comando dos Bombeiros em Aruanã trazida por turistas. Segundo o avô da criança, o Cacique Raul Hawaka, o menino se feriu brincando no barco que faz a coleta de lixo nas praias. " Ele gosta de pular do barco na água. Foi numa desta que ele escorregou e caiu entre o casco e a hélice de um dos motores que estava parado", afirma o cacique.

Os Bombeiros que atenderam o pequeno Raul Hawaka verificaram um corte profundo na perna realizando a contenção da hemorragia e o rápido encaminhamento para o hospital da cidade. Até o momento, a Operação Férias Turista Seguro realizou 97 atendimentos diversos de primeiros socorros nos postos instalados especialmente para a temporada de julho.



Índigenas das margens do São Francisco discutem propostas relacionadas ao rio
SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 21.07.2014

O 3º Seminário dos Povos Indígenas da Bacia do Rio São Francisco reuniu mais de 150 representantes de 30 comunidades entre os dias 18 e 20 de julho na Aldeia Mãe Pataxó Barra Velha, a cerca de 200 quilômetros de Porto Seguro, no extremo-sul da Bahia.

Entre as propostas que serão levadas ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) está a sugestão para o colegiado negociar com o MEC para incluir educação ambiental na grade escolar, a aprovação de projetos do comitê para recuperar matas ciliares em áreas de proteção indígena e a oficialização das denúncias da degradação do rio ao Ministério Público e à Justiça. Os índios ribeirinhos – estimam-se que sejam 100 mil na extensão do Velho Chico – também solicitam a criação de uma Ouvidoria no CBHSF e a isenção de outorga de uso da água, por parte da Agência Nacional das Águas (ANA), para os indígenas da região.

“As demandas tiradas aqui são propostas de políticas públicas que garantam a preservação do rio e sua relação histórica com as comunidades indígenas”, afirmou Uilton Tuxá, cacique da tribo Tuxá, de Rodelas, no Vale do São Francisco. “Toda a sociedade precisa entender que assim como precisamos viver, precisamos garantir o rio vivo para que ele nos dê vida”, ressaltou Ailson dos Santos, o cacique Yssô Truká, da Aldeia Tapera Truká de Orocó, em Pernambuco.



Indígenas obtêm direito à extração de matéria-prima em terreno da UFRGS

SÍTIO DPU, 21.07.2014

Porto Alegre, 21/07/2014 – Integrantes do grupo indígena Kaingang, de Porto Alegre (RS), obtiveram importante conquista em decisão proferida pela Justiça Federal no final de maio deste ano. À comunidade foi assegurado o acesso definitivo para fins de extração de matéria-prima em localidade a qual a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) requereu reintegração de posse em 2010.

Os indígenas ocuparam o terreno localizado no Morro Santana em 2010, por motivo de protesto. No mesmo ano foi deferida liminar em favor da universidade para a reintegração de posse. A Defensoria Pública da União em Porto Alegre, por meio do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva (DHTC), ao recorrer da decisão, conseguiu que ela fosse parcialmente reformada para permitir o acesso da comunidade ao local para extração de ervas medicinais e cipós.

A Defensoria passou a ser procuradora da causa após os advogados da comunidade indígena renunciarem ao mandato. A DPU requereu que fosse apreciado o parecer socioantropológico produzido pelo Setor de Sociologia da instituição e que fosse resguardado o direito à posse pela universidade, a fim de garantir o livre trânsito dos indígenas da etnia Kaingang, em especial dos grupos que compõem a chamada Comunidade Kaingang do Morro Santana.

Indigenato

Dentre os fundamentos de defesa da comunidade indígena foi argumentado que a matéria objeto de discussão na ação estaria diretamente relacionada ao instituto possessório indígena, não estando regida, portanto, pelas normas de Direito Civil no que se refere à posse civil. Argumentou-se também que o direito indígena à posse de suas terras é considerado, pela Constituição Federal, um direito originário. Essa relação é fundada no instituto do indigenato, o qual tem base constitucional, daí a sua aplicação incondicional, conforme o art. 230 da CF.

Segundo a defensora, “quando se trata de indigenato, não se perquire o título registrado, para legitimar a propriedade, nem se investiga a posse por meio da natureza da utilização da terra. A investigação relaciona-se com o emprego da tradição de seus antepassados e de seus costumes peculiares na ocupação da terra e na sua estreita ligação com a natureza, de onde extraem seu meio de sobrevivência”.

Alegou-se ainda que a posse indígena tem como um de seus elementos a prática da atividade produtiva, tendo em vista que é da cultura indígena a destinação útil do seu ambiente, quer seja na moradia, quer seja na extração dos recursos. No caso, restou amplamente demonstrado que a Comunidade Kaingang utilizava-se exclusivamente da matéria-prima extraída do Morro Santana para a confecção de artesanato, cujo fruto é o que colabora com seus meios de subsistência, e ainda, com a difusão da cultura indígena em Porto Alegre.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

Durante a instrução processual, a UFRGS apresentou as escrituras públicas de propriedade do imóvel, além de argumentar que no local funcionou, durante muito tempo, o Observatório Astronômico da instituição. Frente a isso, a juíza federal substituta Clarides Rahmeier entendeu que os elementos apresentados nos autos não permitiram comprovar o direito à área conforme pleiteado pelos índios. No entanto, acolheu o pedido de Defensoria diante do fato de que a comunidade utilizava o local para extração de matéria-prima há mais de 20 anos, tendo então julgado parcialmente procedente a ação, concedendo em definitivo a reintegração de posse do imóvel à UFRGS e assegurando o acesso da Comunidade Kaingang ao local para extração de matéria-prima. Da decisão, nenhuma das partes recorreu, e o processo transitou em julgado.

A Defensoria Pública da União continuará acompanhando a comunidade indígena no que tange ao processo de demarcação de terras, que se encontra em fase de estudos antropológicos.

Assessoria de Comunicação Social
Defensoria Pública da União



Profissionais da educação básica podem se inscrever em curso de Cultura e História dos Povos Indígenas

SÍTIO FOLHA DO MS, 21.07.2014

Com o objetivo de fomentar a formação continuada de professores da educação básica pública, a UFGD abre hoje (21) inscrições para seleção de 100 profissionais da educação que tenham interesse em participar do curso de aperfeiçoamento "Formação de Professores na Temática Cultura e História dos Povos Indígenas".

As vagas são, preferencialmente, destinadas a professores, técnicos e gestores dos sistemas de ensino que atuam na educação pública e diferenciada, municipal e estadual. Mas caso não sejam totalmente preenchidas, poderão se inscrever acadêmicos de licenciaturas em áreas relacionadas à temática do curso.

Com carga horária de 240 horas, o curso envolve atividades na modalidade Educação a Distância (EaD), por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, além de encontros presenciais. A previsão para o início das aulas é dia 30 de agosto, com término em 28 de março de 2015.

As inscrições devem ser efetuadas no endereço <http://portalead.ufgd.edu.br/>, onde está a ficha de inscrição para ser preenchida. Em seguida, ela deve ser encaminhada, junto com os documentos listados no edital (<http://goo.gl/3URFVk> ou <http://www.ufgd.edu.br/prograd/renafor/editais>), à secretaria da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), pessoalmente ou via SEDEX. O prazo vai até 15 de agosto (a postagem no Correio deve ser feita até 14 de agosto).

A seleção terá caráter eliminatório e será feita por banca examinadora, mediante a análise dos documentos enviados. A divulgação do resultado será feita no Portal EaD UFGD, acima citado, até o dia 22 de agosto.

Serviço: a FAIND fica na Unidade 2 da UFGD - Rodovia Dourados - Itahum, Km 12, Dourados/MS, Caixa Postal – 533. O horário de atendimento é das 7h30 às 10h30 e das 13h30 às 16 horas.



Colonização acelera fim da agricultura indígena na Amazônia

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 21.07.2014

RENAN ALBUQUERQUE

Artigo recente publicado na revista Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS) ressalta que a chegada de doenças europeias na região americana depois que Cristóvão Colombo atravessou o oceano Atlântico em 1492 foi um fator extremamente preponderante para a aceleração do crescimento de florestas em função da morte de populações indígenas que utilizavam a região para agricultura.

As “descobertas [dos pesquisadores que escreveram o artigo na PNAS] sugerem que, em vez de ser uma floresta de caçadores-coletores, ou de desmatadores de florestas em grande escala, os povos da Amazônia de 2.500 a 500 anos atrás eram agricultores”, disse a Universidade de Reading em um comunicado, reproduzido em artigo para o Amazônia Livre a partir do Jornal da Ciência(1).

O artigo é importante para destacar questões relacionadas ao uso da força contra nações tradicionais – as quais atualmente ainda estão sendo noticiadas de maneira efetiva no nosso Brasil, por exemplo(2).

Uma importante ênfase tende a repousar no fato da agricultura produzida por populações primitivas, indígenas, ter sido dizimada após entraves armados com colonizadores. Uma problemática histórica de grandes proporções.

Na Amazônia brasileira, essa perspectiva tem sido estudada na medida em que se percebe a mudança do uso do solo no bioma. Uma mudança que transformou não apenas a tipologia da comida e seus usos, mas também mexeu com a rede multiétnica de troca de alimentos, a concorrência por produção para a subsistência e a cooperação para a manutenção de aldeamentos em territórios compartilhados e similares.

O estudo aponta ainda indicações efetivas de que a floresta amazônica teria sido uma área nem sempre densa, mas sim com projeções de savana e lavrado, sendo que esses espaços de floresta mais rasteira teriam sido vastas áreas em que havia plantações regulares. Uma perspectiva desafiadora do senso científico mais aceito até então, o qual ressalta que indígenas são, por essência, coletores e extratores florestais.

A pesquisa, realizada com extrema competência e vigor correlacional, vislumbra uma oportunidade para se conhecer melhor a história social e a antropogênese de povos primitivos do bioma Amazônia, que povoaram a região americana do sul de maneira ampla desde tempos imemoriais.

A constituição identitária dessas pessoas e suas asserções familiares, interpessoais, espirituais
CONT.



e afetivas são implicações inerentes, as quais auxiliam na percepção de que há muito mais a saber para se pensar a floresta e suas dimensões do que acreditam políticos oportunistas, partidos obtusos e projetos desenvolvimentistas.

A ciência, nesse âmbito, deveria ser o ponto de partida para diálogos referentes a políticas públicas, mas isso não ocorre. O que se tende a notar são planos malversados ou desavisados sobre a multidiversidade étnica e linguística na região. Se parte da história fosse considerada, muitos erros não se repetiriam.

Todavia, infelizmente a realidade é outra e o notável são as repetições de violência contra povos tradicionais de diversos matizes.

NOTA

(1) Também reproduzido por: O Globo/Reuters.
<http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/meio-ambiente/florestaamazonica-cresceu-apos-mudanca-climatica-ha-2-mil-anos-dizestudo-13181955#ixzz374LEgXDf>.

(2) Ver colunas anteriores do autor neste mesmo espaço, referentes a temáticas voltadas a indígenas Tenharim (sul do Amazonas) e Waimiri-Atroari (Amazônia Central).

Renan Albuquerque é professor e pesquisador do colegiado de jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e desenvolve estudos relacionados a conflitos e impactos socioambientais entre índios waimiri-atroari, sateré-mawé, hixkaryana, junto a atingidos pela barragem de Balbina e com assentados da reforma agrária



Município de Mato Castelhano não é obrigado a aplicar recursos destinados à saúde indígena

SÍTIO RÁDIO UIRAPURU, 21.07.2014

Lei estabelece que o financiamento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena seria de responsabilidade da União

Rádio Uirapuru

O desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), negou na sexta-feira pedido do Ministério Público Federal (MPF) para determinar ao município de Mato Castelhano a elaboração de um plano de aplicação dos recursos repassados pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul na área de saúde indígena.

Após realizar uma audiência de tentativa de conciliação com as partes envolvidas, não houve acordo. Com base nas argumentações expostas durante a audiência, o juiz federal Rafael Castegnaro Trevisan entendeu que não haveria prova ou evidência de que o grupo de índios estivesse desassistido pela gestão municipal.

Segundo afirmou, a lei estabelece que o financiamento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena seria de responsabilidade da União, cabendo aos governos estadual e municipal a atuação complementar.

O MPF recorreu então ao TRF4. Ao analisar o caso, o desembargador Leal Júnior também negou o pedido. Ainda que a legislação assegure proteção especial ao indígena, salientou o magistrado, não parece razoável, neste momento, a intervenção principalmente porque o Município vem prestando assistência à saúde da população local, indígenas ou não, através da Unidade de Saúde existente.

O desembargador afirmou que a situação dos indígenas no município não é recente, vem desde 2005, e a comunidade está recebendo, ainda que minimamente, assistência à saúde.



'Festa do Berarubu' relembra tradição da culinária indígena no Tocantins

SÍTIO G1/TO, 21.07.2014

Encontro acontece há 16 anos, em uma chácara em Tocantínia. Prato é feito com cabeça de gado e o preparo leva cerca de 24 horas.

O fim de semana foi de relembrar as tradições indígenas. Na chácara Limoeiro, em Tocantínia, a 70 km de Palmas, aconteceu a '16ª Festa do Berarubu', que consiste na preparação de uma comida típica dos índios xerente, que vivem na região, e que significa comida enterrada.

Para preparar o prato, há um ritual que dura cerca de 24 horas. A cabeça do boi, normalmente descartada nos frigoríficos, é o ingrediente principal. O militar Antônio Ferreira Dias é quem prepara o prato o primeiro passo é limpar a cabeça, tirar o couro, as orelhas, os olhos e algumas glândulas. Confira a reportagem acima.

Enquanto a cabeça é preparada, a lenha é queimada em dois buracos de 60cm de profundidade. As cabeças são enroladas em papel alumínio, na palha de banana e colocadas dentro de latas que já foram utilizadas. Toda a brasa é retirada do buraco, e as cabeças são colocadas e cobertas com brasa e terra. Depois de mais de 16 horas, o prato está pronto. O berarubu é servido com arroz e molho à base de tomate, cebola, pimenta de cheiro e alho.



IPHAN prorroga inscrições para projetos de comunidades de terreiro
SÍTIO PRIMEIRA EDIÇÃO, 21.07.2014

O prazo para inscrição de projetos no Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana foi prorrogado mais uma vez. A ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem o objetivo de promover o reconhecimento das ações de preservação, valorização e documentação desse patrimônio cultural brasileiro.

Com o novo prazo, as comunidades de terreiro têm até 29 de agosto para entregar suas propostas em uma das duas categorias estabelecidas pelo texto do certame. Em Maceió, os interessados podem deixar suas propostas até o dia 28 de agosto, em horário comercial, na sede da Superintendência Estadual do IPHAN em Alagoas, no bairro de Jaraguá. Os projetos também podem ser encaminhados diretamente ao Instituto, via SEDEX ou serviço similar, e endereçadas aos cuidados do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN.

Na primeira categoria serão selecionados dez projetos para uma premiação de R\$ 40 mil cada. Neste caso, serão contempladas ações de preservação do Patrimônio Cultural Tombado ou em Processo de Tombamento pelo IPHAN, que tenham sido desenvolvidas por associações representativas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Na segunda categoria serão distribuídos 25 prêmios, de R\$ 24 mil cada, para ações de preservação do Patrimônio Cultural que tenham sido desenvolvidos pelas associações representativas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana de todo o Brasil.

Apenas instituições formalizadas como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos poderão participar da seleção. O texto completo do edital, os procedimentos necessários para participação e os formulários para inscrição estão disponíveis no site do IPHAN (www.iphan.gov.br). Mais informações pelo endereço: povos.matrizafricana@iphan.gov.br.

FMAC oferece apoio local

Percebendo a importância do edital para as comunidades tradicionais de matriz africana de Maceió, a Prefeitura de Maceió, por meio da Fundação Municipal de Ação Cultural (Fmac), em parceria com a Superintendência Estadual do IPHAN em Alagoas, realizou uma oficina para esclarecimento de dúvidas acerca do concurso. A capacitação aconteceu no dia 10 de julho, no auditório da Superintendência do IPHAN, no bairro de Jaraguá, e foi ministrada pela técnica do IPHAN e representante dos segmentos Arquivo, Patrimônio Material, Imaterial e Museus no Conselho Municipal de Políticas Culturais de Maceió, Greiciene Lopes.

A FMAC também disponibiliza um serviço permanente de auxílio aos interessados em concorrer ao edital. Dúvidas e até mesmo apoio para confecção dos projetos podem ser conversados com a equipe da Diretoria de Políticas Culturais da Fundação. O agendamento pode ser feito pelo telefone 3221-2090, das 8h às 14h.



CAR realiza curso para inclusão digital de comunidades quilombolas

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 21.07.2014

O Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombos (Projeto Quilombolas), executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir), realizou, em julho, cursos de Informática Básica e Manutenção de Computadores para jovens de diversas comunidades quilombolas baianas. As aulas aconteceram na unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) no município de Lauro de Freitas.

Os cursos, que integram a política estadual de fortalecimento e desenvolvimento das organizações quilombolas da Bahia, são realizados em parceria com o Senai e têm acompanhamento de técnicos do Projeto Quilombolas. Nessa etapa, foram capacitados 36 representantes das comunidades quilombolas de Agreste, Boitaraca, Bomba, Conselho, Coqueiros, Dandá, Duas Lagoas, Empata Viagem, Fojo, Graciosa, Jiboia, Lagoa do Meio, Lajedinho, Lamarão, Nova Esperança, Olhos D'água, Rio do Tanque, Sambaíba, Santo Antônio/Vidal, Sarapuí e Tamboril.

De acordo com o presidente do Conselho Quilombola do município de Itacaré e vice-presidente da Associação da Comunidade Quilombola de Fojo, Aquis José dos Santos, é muito interessante participar da capacitação. "Essa é uma oportunidade de sermos multiplicadores dos conhecimentos adquiridos na comunidade. São muitos desafios ainda, mas já temos os equipamentos e nosso Centro Multiuso já está em construção".

Para a representante da Comunidade Quilombola da Fazenda Bomba, do município de Belo Campo, Jucimara de Araújo Santos, a comunidade, que já possui alguns computadores, agora também vai ter a possibilidade de aprender a utilizá-los. "Com essa capacitação, vai ser possível passar os conhecimentos que recebi para outras pessoas da comunidade".

Centros multiuso

Por meio das ações do Projeto Quilombolas, as comunidades de Lagoa do Melquíades (Vitória da Conquista), Cariacá (Senhor do Bonfim), Agreste e Baixão Velho (Seabra) e Cabeça da Vaca (Filadélfia), já foram beneficiadas com a implantação de centros multiuso.

A construção dos centros para os quilombolas integra o plano de ação que vem sendo empreendido pelo governo estadual. As iniciativas abrangem desde o fortalecimento das organizações comunitárias locais, até a promoção do acesso à comunicação digital, à informação, à assistência técnica e qualificação das comunidades para que possam identificar as necessidades das comunidades e elaborar suas propostas de financiamento para execução de novos projetos.

O projeto

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

O Projeto Quilombolas realiza, desde o ano de 2009, atividades para comunidades remanescentes de quilombos nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. As ações são realizadas com recursos doados pelo Fundo do Desenvolvimento Social do Governo do Japão via Banco Mundial.

As comunidades rurais baianas contempladas no curso do Senai, nesta fase, estão localizadas nos municípios de Belo Campo, Caetité, Campo Formoso, Condeúba, Itacaré, Jacobina, Jequié, Jeremoabo, Lapão, Livramento, Maraú, Nilo Peçanha, Riacho de Santana, São Félix, Simões Filhos, Taperoá, Valença, Vitória da Conquista e Wenceslau Guimarães.



Ainda sem acordo, indígenas vão seguir com bloqueio de rodovia

SÍTIO DOURADOS NEWS, 22.07.2014

Thalyta Andrade

O bloqueio da Perimetral Norte, em Dourados, que acontece desde o fim da tarde do último domingo, permanece por tempo indeterminado. O grupo de indígenas que ocupa o local e bloqueou a pista com pneus, galhos secos, entre outras barreiras, promete não sair da via enquanto quebra molas e sinalização não forem instalados.

Ontem, o secretário municipal de governo, José Jorge Filho, esteve na Perimetral para conversar com lideranças. Filho alegou que a prefeitura não tem responsabilidade pela via, e disse que a administração municipal intermediaria uma audiência com o governador André Puccinelli, o que não aconteceu até o momento.

“Enquanto não conversarmos com ninguém que possa de fato resolver o nosso drama, não vamos nos retirar. Temos seis mortes de indígenas aqui e não queremos mais sangue derramado. A comunidade vai permanecer aqui e podemos fechar outros lugares se nada caminhar”, explicou a liderança da aldeia Bororó, Gaudêncio Benitez.

Já o possível fechamento da MS-156, que liga Dourados a Itaporã, está descartado momentaneamente. Isso foi o que garantiu a liderança da aldeia Jaguapiru, Laucídio Ribeiro Flores.

“Apoiamos o movimento na Perimetral, e o possível fechamento da MS-156 seria em apoio à greve dos professores. Mas, ontem foi votado o reajuste para a categoria e resolvemos não fechar a rodovia por enquanto”, explicou Flores.

Equipes da Força Nacional acompanham o movimento dos indígenas na Perimetral Norte e orientam motoristas. O bloqueio da Perimetral teve início após o atropelamento de uma indígena de 46 anos, que acabou falecendo ontem no Hospital da Vida. De acordo com representantes do Conselho Indígena, esta foi a sexta morte na rodovia nos últimos meses.



Terra Quilombola do Bacabal (PA) é reconhecida pelo Incra

SÍTIO CEDEFES, 22.07.2014

A presidência do Incra publicou hoje portaria de reconhecimento da terra quilombola Bacabal, no município de Salvaterra, localizado na Ilha do Marajó, estado do Pará. Centro de muitos conflitos entre quilombos e grandes fazendeiros, a ilha do Marajó ainda não tinha nenhuma terra quilombola reconhecida pela presidência do Incra. Esta portaria é fundamental para os quilombolas da região, como ressalta Raimundo Hilário, Coordenador Regional da Malungu, região do Salgado:

“Isso para nós é muito importante porque é uma luta que vem de muito tempo. É uma resposta do governo federal, e a notícia caiu do céu, os quilombolas da região estão muito felizes. O mato de Bacabal estava sendo cortado por moto serras, e essa portaria é uma resposta à opressão e ao racismo que sofreram os quilombolas da região do Marajó, resposta para que esse povo possa sobreviver de sua terra, resposta aos grandes fazendeiros que oprimiram o povo quilombola do Marajó”

As 54 famílias que vivem na área de 515,5632 hectares reconhecida pelo Incra tem agora um importante instrumento na luta para exercerem suas atividades sem a intervenção de fazendeiros.

Fonte: cpisp



Hortifruti orgânico de quilombolas chega à banca na UFGD

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 22.07.2014

Um pequeno grupo de famílias das comunidades quilombolas da Picadinha, no distrito de Itahum, está produzindo e comercializando produtos orgânicos. A iniciativa é orientada pelo professor Euclides Reuter Oliveira, da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A feira acontece três vezes por semana, na Unidade 2 da UFGD. "É um trabalho inicial que depende do envolvimento dos pequenos produtores e também da comunidade". Atualmente os produtos são expostos em apenas uma barraca localizada no estacionamento, que fica em frente aos prédios das faculdades de Ciências Biológicas e Ambientais e de Educação (FCBA e FAED). O grupo de consumidores é formado por professores, alunos e servidores da instituição e também da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). "A produção ainda é pequena, mas está agradando a comunidade acadêmica das duas universidades", comenta o professor. Para adquirir couve, brócolis, tomate, mexerica, abóbora, coentro, salsa, rúcula, alface, mandioca, ovos caipiras e mel, os interessados têm que chegar bem cedo.

A professora do curso de Biologia da UFGD, Mara Nilza Teodoro Lopes, faz parte da clientela assídua das mercadorias orgânicas produzidas na Picadinha. "Sempre levo hortaliças para casa. A qualidade é incomparável em relação àquelas vendidas nos supermercados", avalia a bióloga.

"A feira deve proporcionar um ganho semanal para as famílias envolvidas na produção e o escoamento de um produto que, muitas vezes, estava sobrando na comunidade", afirma Euclides.

Mudança de hábitos

Tanto a produção, quanto o consumo de produtos orgânicos, requer das pessoas mudança de atitudes e modificação de hábitos antigos. O professor explica que esse processo não acontece da noite para o dia.

"Os pequenos produtores precisam passar por uma etapa de transição. Deixar o modelo convencional, que usa agrotóxicos e oferece algumas facilidades, e começar a trabalhar com a produção orgânica, requer dedicação e paciência". Essa análise também se enquadra no caso dos consumidores. De acordo com o pesquisador da UFGD, as pessoas acabam tomando o caminho da facilidade e da estética. "Na realidade, os produtos orgânicos ainda são feios e isso afasta o olhar do consumidor", ressalta Euclides. Essa dinâmica, no entanto, tende a ser modificada, uma vez que alguns centros já avançados, como Vitória, que já trabalha com produtos orgânicos há mais de 30 anos e vem desenvolvendo práticas que agradam os grupos consumidores desse tipo de produto. "Lá em Vitória, com o apoio da universidade, já existe uma fiscalização exclusiva para os produtos orgânicos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

A proposta do professor Euclides é ampliar primeiramente o número de assentados envolvidos no projeto. "É um trabalho que tem que ser desenvolvido gradativamente, sem pressa e sem radicalismo", comenta. Das 365 famílias das comunidades quilombolas da Picadinha, apenas três participam do projeto que está sendo implementado pela UFGD. "Nesse momento, o mais importante é a qualidade do que está sendo feito e não a quantidade", declara o professor.

Docentes e pesquisadores que queiram colaborar com o projeto da feira, introduzindo outros grupos de produtores ou ainda oferecendo algum tipo de consultoria em relação aos preços e formas de comercializar o material, podem entrar em contato pelo email euclidesoliveira@ufgd.edu.br.

Apesar de trabalhosa, como afirma o criador da feira de orgânicos da UFGD, a prática da produção orgânica em Dourados está apenas no início. "Estamos lançando uma semente que pode render bons frutos no futuro. Só depende das pessoas perceberem que a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos é um investimento no bem-estar humano".

fonte:douradosAgora

Urgente: Nova onda de violência contra o Quilombo do Guaí, Maragojipe, Bahia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.07.2014



Engenheiro da OAS derrubou a casa do quilombola Sr. Raimundo e ameaçou matá-lo

Fonte: CPP

O fato criminoso aconteceu anteontem, domingo, 20 de julho de 2014, na comunidade Remanescente de Quilombo Guaí. O engenheiro da OAS [*] derrubou a casa do quilombola Sr. Raimundo, acompanhado de vários capangas armados, e disse em voz alta que “agora será na Bala!”.

O preposto do Estaleiro Enseada do Paraguaçu apropriou-se de uma parte do território da Comunidade Remanescente de Quilombo do Guaí, em Maragojipe, Bahia. A área em questão é ocupada por várias famílias remanescentes de quilombo que estão sofrendo ameaças e violências para que abandonem as terras que ocupam.

As comunidades resistem e negam-se a abandonar suas terras. Já pediram a proteção da Fundação Cultural Palmares, do INCRA e da SEPRIME. A Procuradora da FCP visitou a comunidade no mês de junho e comprometeu-se a tomar medidas para proteger a comunidade. A Ouvidoria Agrária Nacional do INCRA também tem conhecimento do conflito e o Desembargador Dr. Gessino [Gercino] já notificou o Engenheiro da OAS.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

Desde 2007 o Incra contratou a elaboração do RTID na região, mas até a presente data não foi finalizado.

Depois que a OAS e a ODEBRECHT iniciaram a construção de um estaleiro em Maragojipe passou a existir uma forte cobiça sobre os territórios quilombolas da região.

Agora, o comunitário está desalojado, e está instalado um clima de terror na localidade. Teme-se que ocorram mortes nestes dias. Espera-se uma ação efetiva dos órgãos competentes para punir o agressor e restaurar o direito desta comunidade.

*O nome do engenheiro foi por nós omitido uma vez que não se trata de Nota assinada.



Ceará 'contribui' para o mapa de assassinatos de índios no Brasil**NOTÍCIA**
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.07.2014

De acordo com o Cimi, os dados do relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil referentes a 2013 evidenciam que a política indigenista em curso no país é omissa

Tribuna do Ceará – Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) pelo menos 53 índios foram assassinados ano passado no Brasil, em consequência de conflitos diretos ou indiretos, pela disputa por terras. No Ceará dois casos foram identificados, quem explica é o presidente dos índios tapebas, Ricardo Weibe.

No estado, existem cerca de 30 mil índios localizados em 19 municípios. O cenário de violação dos direitos dessas comunidades continua crescendo. De acordo com o Cimi, os dados do relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil referentes a 2013 evidenciam que a política indigenista em curso no país é omissa no que tange ao cumprimento das diversas obrigações constitucionais e da efetivação dos direitos indígenas.

A total paralisação dos processos de demarcação de terras indígenas, os altos índices de mortalidade infantil, suicídio, assassinato, racismo e de desassistência nas áreas de saúde e educação indicam uma atitude de extremo descaso do governo em relação às populações indígenas, afirma o Cimi.

[Clique aqui para obter um quadro mais completo.](#)

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Janete Melo.



Povos indígenas em foco

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.07.2014

O 46º Festival de Inverno da UFMG tem como tema O Bem Comum e traz shows, oficinas, atividades artísticas

Deborah Couto – O Tempo

De volta a Belo Horizonte depois de 14 edições em Diamantina, o 46º Festival de Inverno da UFMG traz ao campus da universidade, na Pampulha, uma segunda-feira com programação focada na cultura indígena.

O dia começa com uma Assembleia dos Povos Indígenas, às 10h, e terá ainda abertura de uma exposição sobre as lutas, exhibições de filmes e rodas de histórias, tudo envolvendo a cultura indígena e feito por representantes desses povos e suas diversas etnias.

“O festival pretende apresentar a realidade dos povos indígenas no Brasil e as dificuldades por que passam”, diz Tonico Benites, da tribo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, psicólogo e doutor em antropologia pela UFRJ.

“Minha pesquisa abrange os conflitos de terras que envolvem fazendeiros, o governo e a polícia federal. São problemas judiciais em torno de posses, que mostram a lentidão do governo para agir sobre interesses particulares, cercados de pistoleiros e jagunços. Por ter desenvolvido essa pesquisa o festival me convidou”, conta Tonico, que presidirá a Assembleia dos Povos Indígenas.

Segundo ele, o evento vai reunir representantes de outras etnias que também vivem esses conflitos no Brasil. “Há os índios Terena, também do Mato Grosso do Sul, que passam por problemas com terras litigiosas e tiveram parte de seu povo assassinado pela Polícia Federal. Eles sofrem com ameaças de várias ordens judiciais e extrajudiciais (jagunços)”, diz.

Benites cita também a participação dos povos Caingangues, Guarani Mbya, Mundurucu, Pataxó e Maxakali, todos com representantes presentes no festival.

O 46º Festival de Inverno da UFMG tem como tema O Bem Comum e traz shows, oficinas, atividades artísticas, além de debates de questões como a mobilidade, a moradia, a posse e uso da terra, o conhecimento ancestral, o protagonismo da sociedade na produção e circulação de conteúdo e o acesso à mídia.

Para conferir a programação, acesse: 46festivalufmg.wordpress.com

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Janete Melo.



Licenciatura intercultural indígena na Federal do Amapá

SÍTIO JORNAL GGN, 22.07.2014

Curso na Universidade Federal do Amapá objetiva formar professores indígenas no contexto da interculturalidade.

<http://www2.unifap.br/oiapoque/2014/07/11/iniciam-as-aulas-do-curso-de-licenciatura-intercultural-indigena/>

Foi realizada ontem pela manhã (10/07), a aula inaugural para recepção dos acadêmicos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena na cidade de Oiapoque. A solenidade ocorreu no auditório da Justiça Estadual de Oiapoque. Estiveram presentes cerca de 140 acadêmicos que receberam informações sobre as áreas do curso, corpo docente e infraestrutura. No ato, o Diretor do Campus Binacional, Paulo Roberto, esteve presente e deu as boas vindas aos acadêmicos. A coordenadora do curso, professora Cilene Campetela apresentou a programação das aulas desta etapa de julho, e respondeu as perguntas dos acadêmicos.

Os acadêmicos representam 09 etnias e sete línguas dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará. O principal objetivo do curso é formar professores no contexto da interculturalidade.



Indígenas de Brasilândia adquirem máquinas no Projeto Pintando e Aprendendo Ofaié (Por Carlito Dutra)

SÍTIO TRIBUNA MS, 22.07.2014

A comunidade indígena Ofaié, do município de Brasilândia-MS, no dia 17 de julho último tinha razões de sobra para estar alegre. Naquele dia chegaram à aldeia Enodí as máquinas de estampar camisetas e fabrico de chinelos, além de materiais de pintura e artesanato que as mulheres da aldeia tanto esperavam.

O material que faz parte do projeto Pintando e Aprendendo Ofaié é desenvolvido pelas mulheres e crianças da aldeia, e coordenado pela Associação Hankrăgani de Produtores Ofaié, que tem como presidente o indígena Prof. Silvano de Moraes.

O projeto que vem sendo realizado pela comunidade desde abril deste ano, conta com o patrocínio da empresa Fibria Celulose S.A. prevê também o desenvolvimento de atividades com as crianças da aldeia na recuperação da língua materna, com a construção de um parquinho e colocação de instrumentos de som a disposição das crianças para a prática e revitalização da língua Ofaié, que hoje é um dos idiomas denunciado pela UNESCO com grave risco de extinção.

Para dona Lídia Siqueira, esposa do vice Cacique, Juraci Lins, que é uma das coordenadoras da iniciativa, o projeto "é uma oportunidade para nós recuperar a cultura e ter um trabalho manual que ajude na renda das nossas famílias, além de ser muito gostoso pintar e bordar", explica.

As estampas que serão impressas nas camisetas e chinelos são desenhadas e produzidas pelos próprios indígenas, buscando a valorização da arte e produção iconográfica desta etnia. A ideia é procurar criar junto com a comunidade uma marca que valorize a cultura e a língua Ofaié, "a única língua falada no mundo que está aqui em Brasilândia", lembra o Prof. Silvano, que, juntamente com o Cacique José de Souza, dão todo o apoio e incentivo ao projeto.

Fonte: <http://ofaie.com/fibria.html>



Especialistas: metas de desenvolvimento não podem ser revés para indígenas

SÍTIO RÁDIO ONU, 22.07.2014

Peritos disseram nesta segunda-feira que referência a indígenas não podem ficar fora do texto das novas metas; alerta foi feito após reunião em Nova York.

Laura Gelbert, da Rádio ONU em Nova York.*

As novas Metas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas não podem ser um revés para os indígenas, disse nesta segunda-feira um grupo de especialistas sobre o assunto.

O pedido foi feito após reunião do Grupo de Trabalho sobre Metas de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York. O objetivo é criar um conjunto de metas a serem apresentadas à Assembleia Geral da ONU em setembro.

Especialistas

Segundo os especialistas em direitos humanos, povos indígenas enfrentam desafios "piores em termos de desenvolvimento econômico do que setores não-indígenas da população em quase todos os países em que vivem".

Mas os peritos afirmam que eles podem "contribuir de forma significativa para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável" por causa de seu "conhecimento tradicional de gerenciamento de recursos naturais".

Rascunho

O grupo notou com preocupação que todas as referências a "povos indígenas" foram apagadas do último rascunho sobre Metas de Desenvolvimento Sustentável, apesar do termo ter sido incluído em versões anteriores.

Segundo os especialistas, o termo "povos indígenas" tem sido usado consistentemente na Declaração de Johannesburg de 2012 e no documento da Rio+20 chamado "O Futuro que Queremos", além de constituições e políticas nacionais.

Os peritos apelam aos países-membros da ONU no grupo de trabalho que ouçam as propostas feitas por representantes de povos indígenas neste processo.

De acordo com os especialistas, "é amplamente reconhecido que os indígenas não têm recebido a atenção que merecem nos processos de desenvolvimento nacional e nos esforços para alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

Eles disseram ainda que "as novas Metas de Desenvolvimento Sustentável apresentam uma oportunidade única de remediar estas falhas e injustiças históricas resultantes do racismo, da discriminação e da desigualdade sofridos pelos povos indígenas em todo o mundo".

*Apresentação: Leda Letra.



Comunidades indígenas denunciam desalojamento forçado e violência policial

SÍTIO BRASIL DE FATO, 22.07.2014

Lideranças do município El Estor exigem investigação por parte do Ministério Público e uma urgente legalização de terras para os povos

da Adital

Representantes de comunidades do município El Estor (Departamento de Izabal), na Guatemala, denunciam que famílias dos indígenas Qe'qchi's têm sofrido desalojamento forçado e violência policial nas últimas semanas. Em entrevista coletiva realizada no último dia 16 de julho, lideranças da região expuseram a situação e exigiram investigação por parte do Ministério Público e uma urgente legalização de terras para os povos.

Segundo eles, no último dia 10 de julho, forças policiais chegaram a disparar bombas de gás lacrimogêneo contra mulheres e crianças que se encontravam na comunidade 30 de Junio Se'chaj, ação realizada após autorização de desalojamento por parte da Justiça da Guatemala. Juan Tuc, representante das comunidades de El Estor, afirma que a Polícia Nacional Civil, guardas de segurança da Companhia Guatemalteca de Níquel (CGN) e agentes contratados pela empresa teriam atuado contra a comunidade sem que esta receba a ordem oficial de despejo.

Entre as comunidades atingidas estão: 30 de Junio Se'chaj, Asociación Campesina Maya Q'eqchi, Setal, Agua Caliente Lote 9, Comunidad 13 de abril, Lote 8, Las Nubes, La Ceiba e El Zapotillo. O resultado da ação das forças de segurança foi de três jovens feridos, várias casas queimadas e 15 estudantes de uma escola local intoxicados por gás lacrimogêneo. Essa é a terceira vez que a juíza Sandra Janeth Méndez decide contra as comunidades e a favor da Companhia.

"Todas as comunidades Q'eqchi's de El Estor, Izabal, defendemos nossas terras, porque somos donos dessas terras, nossos avós lutaram por nossas terras, por isso não queremos que sigam os desalojamentos, somos nativos deste país, nós não queremos empresas transnacionais que venham a desalojar as famílias de suas terras", afirma Santiago Tuc, representante das comunidades.

De acordo com Rafael González, integrante da direção nacional do Comitê de Unidade Camponesa, que compõe a Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) Via Camponesa, a denúncia já foi interposta à Procuradoria de Direitos Humanos. Os movimentos sociais também têm prevista reunião com o Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas para discutir o assunto. "[As famílias] foram desalojadas de forma violenta, apesar de manterem diálogo com autoridades, para chegarem a acordos e encontrarem uma solução para a situação na área", indica González.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

Durante a entrevista coletiva, representantes das comunidades aproveitaram para desmentirem publicações de alguns veículos de comunicação, que teriam apontado que, no momento de despejo, em 10 de julho, membros das comunidades portavam armas. "É mentira. Nós não temos armas. Nós, o que fazemos é defender nossas terras, terras que nossos avós nos deixaram", afirmou Juan Tuc.

As comunidades atingidas responsabilizam pelo desalojamento violento o governo do Presidente da Guatemala, Otto Pérez Molina, o governador do Departamento de Izabal, Raúl Estrada Jeréz, e a CGN, uma vez que empresas como esta atuam em sua maioria com o respaldo das instituições públicas. Elas exigem que se faça com urgência uma reforma agrária no país, que atenda às demandas de legalização das terras para as comunidades Q'eqchi's do município de El Estor.



Ataques violentos teriam obrigado índios isolados a buscarem contato

SÍTIO ADITAL, 22.07.2014

Índios isolados altamente vulneráveis que recentemente surgiram na região da fronteira entre Brasil e Peru disseram que estavam fugindo de ataques violentos no Peru

A Funai, o departamento de assuntos indígenas do Brasil, anunciou que o grupo de índios isolados voltaram mais uma vez à sua comunidade na floresta. Sete índios fizeram contato pacífico com uma comunidade indígena Ashaninka, já estabelecida perto do Rio Envira no Brasil, há três semanas.

Uma equipe de saúde do governo foi despachada e tratou sete índios com gripe. A Funai anunciou que vai reabrir um posto de vigilância no rio Envira, fechado em 2011, quando foi invadido por traficantes de drogas.

A última notícia foi classificada como "extremamente preocupante" pela Survival International, movimento global para os direitos dos povos indígenas, porque epidemias de gripe, contra as quais os índios isolados não têm imunidade, têm dizimado tribos inteiras no passado.

Especialistas brasileiros acreditam que os índios, que pertencem ao grupo linguístico Pano, atravessaram a fronteira do Peru para o Brasil, devido às pressões de madeireiros ilegais e traficantes de drogas em suas terras.

Nixiwaka Yawanawá, um índio do Estado do Acre, no Brasil, afirmou: "Essa notícia prova que meus parentes isolados são ameaçados pela violência e doenças infecciosas. Nós já sabemos o que pode acontecer se as autoridades não tomarem medidas para protegê-los, eles vão simplesmente desaparecer. Eles precisam de tempo e espaço para decidirem quando querem fazer contato e suas escolhas devem ser respeitadas. Eles são heróis!"

Os índios isolados do Peru sofrem várias ameaças à sua sobrevivência. O governo tem entregado em concessões 70 por cento da floresta amazônica para exploração de petróleo e gás, incluindo as terras de tribos isoladas.

Planos para expandir o notório projeto gás de Camisea, localizado no coração da reserva Nahua-Nanti para índios isolados, recentemente, recebeu sinal verde do governo peruano, e a petroleira gigante canadense-colombiana Pacific Rubiales, está realizando a exploração em terra habitada pela tribo Matsés e seus vizinhos não contatados.

Ambos os projetos trarão centenas de trabalhadores de petróleo e gás para as terras de tribos isoladas, introduzindo o risco de doenças mortais e encontros violentos, e afugentando os animais que os índios caçam para sua sobrevivência.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2014

Brasília, 22 de julho de 2014.

A Survival lançou uma petição urgente para os governos brasileiro e peruano protegerem a terra de índios isolados, e apelou às autoridades a honrarem seus compromissos de cooperação transfronteiriça.

O diretor da Survival, Stephen Corry, disse: "Essa notícia não poderia ser mais preocupante – não só essas pessoas confirmaram que sofreram ataques violentos por forasteiros do lado do Peru, mas eles aparentemente já contraíram gripe. O cenário de pesadelo é que eles retornam para suas antigas aldeias portando a gripe com eles. É um verdadeiro teste de capacidade para o Brasil proteger esses grupos vulneráveis. A menos que um programa médico adequado e sustentado seja posto em prática imediatamente, o resultado poderá ser uma catástrofe humanitária".